

Eduardo Kahler Ribeiro

**A IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**
Dolo e culpa do agente público na Lei n° 8.429/92



livraria//
DO ADV//OGADO
//*editora*

Porto Alegre, 2021

Conselho Editorial

André Luis Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Morais
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484i Ribeiro, Eduardo Kahler.

Imputação subjetiva na improbidade administrativa : dolo e culpa do agente público na lei nº 8.429/92 / Eduardo Kahler Ribeiro. – Por-to Alegre : Livraria do Advogado, 2021.

160 p. ; 25 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86017-26-7

1. Improbidade administrativa - Brasil. 2. Imputação subjetiva.
3. Administrador público Dolo (Direito). 5. Administrador público Culpa (Direito). I. Título.

CDU 343.35(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Improbidade administrativa : Brasil 343.35(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo CRB 8/10213)

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviaturas.....	15
Introdução.....	17

Primeira Parte

A IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA DOGMÁTICA CIVIL, PENAL E NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. Aspectos da imputação subjetiva na dogmática civil e penal.....	25
1.1. Dolo e culpa na dogmática civil.....	25
1.1.1. Os elementos da culpa em sentido amplo.....	25
1.1.2. O dolo como causa de vício de vontade.....	26
1.1.3. A culpa subjetiva e normativa.....	27
1.2. Dolo e culpa na dogmática penal.....	30
1.2.1. O dolo do causalismo até o finalismo.....	30
1.2.2. As formas de dolo.....	32
1.2.3. A normativização dos elementos do dolo e a prova de seus elementos empíricos.....	34
1.2.4. Os crimes culposos: entre o objetivo e o subjetivo.....	38
1.2.5. As espécies de culpa e o dolo eventual.....	41
2. A improbidade administrativa na CF/1988 e na Lei n° 8.429/92.....	44
2.1. Improbidade administrativa e responsabilidade subjetiva.....	44
2.1.1. A improbidade administrativa na CF/1988 e sua natureza jurídica.....	44
2.1.2. Culpabilidade, responsabilidade subjetiva e improbidade administrativa.....	48
2.2. A Lei n° 8.429/92 e as espécies de improbidade administrativa.....	52
2.2.1. A Lei n° 8.429/92 como lei geral de improbidade administrativa: características gerais.....	52
2.2.2. As espécies de improbidade administrativa definidas pela Lei n° 8.429/92.....	55
2.2.2.1. Improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.....	55
2.2.2.2. Improbidade administrativa por prejuízo ao erário.....	56
2.2.2.3. Improbidade administrativa por concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.....	59
2.2.2.4. Improbidade administrativa por violação a princípios da administração pública.....	60

3. A estrutura normativa da imputação subjetiva na Lei nº 8.429/92.....	66
3.1. O dolo e a culpa nas espécies de improbidade administrativa.....	66
3.2. A constitucionalidade da improbidade administrativa culposa.....	69
3.3. A textura aberta dos tipos da Lei nº 8.429/92 e a delimitação do elemento subjetivo como contenção do poder punitivo.....	72

Segunda Parte
O CONTEÚDO DO DOLO E DA CULPA DO
ADMINISTRADOR PÚBLICO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
(Lei nº 8.429/92)

4. O dolo na improbidade administrativa.....	79
4.1. O dolo do agente público em face dos novos parâmetros de atuação da administração pública.....	79
4.2. O dolo ímprobo na jurisprudência do STJ.....	83
4.2.1. Metodologia de análise.....	83
4.2.2. Aquisição de bens de valor desproporcional.....	85
4.2.3. Contratação sem concurso público.....	87
4.2.4. Acumulação ilegal de cargos públicos.....	89
4.2.5. Publicidade como promoção pessoal.....	90
4.2.6. Nepotismo.....	92
4.2.7. Omissão no dever de prestação de contas.....	94
4.2.8. A “simples” ilegalidade.....	95
4.3. A caracterização do dolo ímprobo.....	97
4.3.1. A distinção “dolo genérico” e “dolo específico”.....	97
4.3.2. A má-fé e o dolo eventual do agente público.....	101
4.3.3. A prova dos elementos do dolo ímprobo.....	104
5. A culpa na improbidade administrativa.....	107
5.1. A gestão pública e a responsabilidade por culpa grave.....	107
5.2. A culpa grave do agente público na jurisprudência.....	111
5.2.1. Na responsabilização da autoridade que homologa licitação com licitude frustrada.....	111
5.2.2. Na responsabilização do advogado parecerista.....	114
5.3. A culpa grave do agente público na jurisprudência do TCU: em busca do “administrador médio”.....	116
5.4. A inabilidade e a desonestidade do agente público.....	118
5.5. A aproximação entre a culpa grave e o dolo: o erro grosseiro (art. 28 da LINDB).....	120
6. A inferência do dolo e da culpa na improbidade administrativa.....	124
6.1. A parametrização do dolo e da culpa grave e a segurança jurídica.....	124
6.2. Parâmetros para a constatação do dolo e da culpa grave do agente público...126	126
6.2.1. A formalização e motivação dos atos administrativos praticados.....	126
6.2.2. A existência e o cumprimento de programas de integridade no âmbito da Administração Pública.....	128
6.2.3. A existência e o cumprimento de determinação do TCU ou recomendação do Ministério Público.....	131

6.2.4. A existência de parecer jurídico ou lei respaldando o agir do administrador.....	133
6.2.5. A observância de <i>standards</i> , normas e critérios científicos e técnicos.....	135
6.2.6. A cultura administrativa.....	137
Conclusões.....	141
Referências.....	147